

Cimeira dos Chefes de Estado dos países africanos de expressão portuguesa

Os "cinco" reforçam cooperação

A unidade dos cinco países africanos de expressão portuguesa, construída no diálogo, no não-alinhamento e na identidade de posições políticas — esta, a característica mais saliente da sua III Conferência ao nível de chefes de Estado, realizada na Cidade da Praia, em 21 e 22 de Setembro.

A declaração final inclui uma censura implícita a Portugal e dá conta do propósito de incluir o Português como «língua de trabalho» ao nível das organizações internacionais.

Cimeira «da confiança e da responsabilidade reforçadas, em face dos desafios do futuro», eis como Aristides Pereira classificou a reunião, no discurso de abertura da III Conferência dos Chefes de Estado dos Países Africanos de Ex-

pressão Portuguesa. Em mesas que, no conjunto, formavam um pentágono, o presidente de Cabo Verde estava ladeado, à direita por José Eduardo dos Santos e à esquerda por João Bernardo Vieira. Dar à solidariedade política «uma base ob-

jectiva, que lhe assegure a coerência, a continuidade e a eficácia», e, no campo da cooperação económica, «assegurar a materialização das nossas decisões», foram os desafios lançados por Aristides Pereira no início dos trabalhos.

No mesmo sentido se pronunciou Samora Machel que, como decano dos presidentes, respondeu à alocução do líder do PAICV e de Cabo Verde.

Antes de propor Aristides Pereira para presidente da conferência — sugestão prontamente apoiada pelos outros três chefes de Estado —, o dirigente da FRELIMO invocou a «memória inesquecível dos nossos heróis imortais», Agostinho

Neto, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane. O pensamento e a acção destes homens acabou, de resto, por acompanhar, de certo modo, a conferência, assim se explicando a referência que lhes é feita na declaração final.

Ao entrar-se, propriamente, na agenda de trabalhos — então à porta fechada — o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Silvino da Luz, leu o relatório da Conferência Interministerial da véspera. Seguiram-se informações sobre a situação em cada um dos países, a cargo dos respectivos presidentes. José Eduardo dos Santos foi o primeiro, e Samora

Machel um dos últimos, tendo-lhe pertencido a intervenção mais demorada, de quase hora e meia.

Português como língua de trabalho

Paralelamente, decorria, a um passo da sala de Imprensa, uma reunião com um grupo encarregado de redigir o projecto de declaração final. O texto definitivo, de cerca de duas mil palavras, só conhecido na sessão de encerramento, sublinha a «rápida superação do diferendo surgido entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau», na sequência do golpe de Estado de Nino Vieira. A normalização das relações entre os dois Estados, foi uma preocupação permanente de todas as delegações.

«A guerra não declarada, imposta a Angola e Moçambique, pelo regime racista da África do Sul», e a «inexistência de um quadro institucional», foram as razões apontadas para a deficiente aplicação das decisões da cimeira de Maputo, realizada em 1980. Como forma de reforçar a coordenação das diversas políticas externas, ficou decidido «intensificar a concertação no âmbito das organizações internacionais» (OUA, ONU e Movimento dos Países Não-Alinhados), particularmente em «opções comuns de não-alinhamento» e na «denúncia e condenação das agressões contra Angola e Moçambique». Ainda no domínio da cooperação diplomática, foi abordada «a conveniência da introdução do Português nas organizações internacionais, como língua de trabalho». Para tanto, serão consultados os outros países de língua portuguesa.

Em termos práticos, a conclusão mais importante da III Conferência, inspirada numa proposta de Moçambique foi, sem dúvida, a que aponta para a criação de uma Comissão Ministerial, «com as funções de perspectivar, coordenar, acompanhar e promover todas as acções na área da cooperação» entre os cinco. No seu âmbito, ficaram previstas as áreas de Finanças (onde será estudada a viabilidade de um banco comum, bem como de um instituto de seguros), Transportes

(quer marítimos, quer aéreos), comércio externo e formação de quadros (Moçambique já apresentou um projecto de escola interestatal de jornalismo).

Caberá ao país anfitrião dinamizar, no intervalo das conferências, a execução das decisões tomadas.

No plano internacional, onde não há uma única palavra para os países socialistas, foram reafirmadas as posições já conhecidas sobre a invasão de Angola pelas tropas da África do Sul, assim como sobre as agressões de que Moçambique tem sido igualmente vítima. A este propósito, foi patente a preocupação revelada pelos dirigentes dos «cinco» ante as recentes «afirmações do regime racista sul-africano em identificar a sua estratégia com a acção criminosa de Israel no Líbano».

Portugal censurado

Daí, o sublinhar da necessidade de reforçar a «capacidade



José Pedro
Castanheira,
enviado especial

defensiva» de Angola e Moçambique, cujas posições, quanto à situação na África Austral, encontraram um eco total e formal nos presidentes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

É neste contexto que a declaração censura implicitamente Portugal, ao referir-se a «certos países» que permitem «que os seus territórios sirvam de base de apoio para o fomento e preparação de acções subversivas e

terroristas». «A tolerância perante estas acções — lê-se ainda no documento — torna-se, na prática, numa cumplicidade para com os agressores dos nossos povos e reflecte uma atitude inamistosa para com os nossos governos».

Quanto à Namíbia, foi manifestado o «total apoio à posição angolana sobre esta questão», designadamente no que se refere à presença de tropas cubanas.

Relativamente ao Médio Oriente, foram condenados a invasão do Líbano por Israel e os recentes massacres de populações civis em Beirute. Sem se referir às conclusões da Cimeira Árabe de Fez, a declaração final coloca-se inteiramente ao lado da OLP, a cujo presidente, Yasser Arafat, foi endereçada uma mensagem pessoal, num tom extremamente virulento e que contrasta com a grande moderação de toda a declaração.

O texto reafirma o seu apoio à ANC, à RASD e à FRETILIN (que acompanhou, de perto, a cimeira, através do responsável pela política externa, Mari Alkatiri).

Por outro lado, ficou expresso o empenhamento no sentido da realização quer da 19.ª Cimeira da OUA, quer da 7.ª Conferência do Movimento dos Não-Alinhados.

A declaração final, lida por Silvino da Luz, conclui com o anúncio da próxima conferência para a Guiné-Bissau, em data a fixar posteriormente.

Com mais de três horas de atraso sobre o programa previsto, a Conferência terminou com breves alocuções de Aristides Pereira e de Pinto da Costa que falou em nome dos quatro visitantes. Olhando para a história, o presidente de Cabo Verde salientou que «os nacionalistas e guerrilheiros de ontem tornaram-se homens de Estado, que se encontram a dirigir, de forma coerente e rigorosa, o processo tão complexo e exaltante da construção de uma sociedade nova».

O atraso foi pretexto para as quatro delegações adiarem por um dia o regresso aos respectivos países. Um adiamento que dá bem conta das boas relações mantidas, do optimismo reinante e da excelente hospitalidade de Cabo Verde.